

POLÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA ALTERNATIVA DO MST ?

COSTA, Sidiney Alves – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-UFSCAR

Há uma vasta publicação no Brasil que trata de políticas sociais. Em sua maioria, elas concordam que o papel de uma política social é a redução das desigualdades sociais, a elevação da cidadania. Ocorre, entretanto, que não há convergência a respeito da qualidade desta redução, suas bases e o papel do Estado. Enquanto alguns autores procuram centrar sua análise sobre o papel do Estado, tomando como base as teorias de Estado (Freitag 1989), outros se voltam para o planejamento e avaliação das mesmas, com o apoio de teorias da administração (Rico e outros 1998). Há, porém, autores preocupados em estabelecer um vínculo maior daqueles envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais (Demo 1996, Villasante, 1997). A proposta deste texto é buscar algumas considerações preliminares acerca desta categoria, relacionando-a com educação e movimentos sociais. O foco do texto é a produção de um movimento social específico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

Como se relaciona Política Social com Educação ?

Há um certo grau de hierarquia dos campos de atuação da Política Social e da Educação. Pode-se, é verdade, planejar e implementar políticas sociais sem que se toque na questão educacional e da mesma forma, efetuar uma política educacional sem levar em conta a questão social.

Se levarmos em conta que o papel da política social é a redução das desigualdades por meio da intervenção dos movimentos e grupos sociais e do Estado para promover e garantir direitos de cidadania(Vilessante, 1997), há que se considerar que a educação e a participação é uma conquista das mais prementes da era moderna. A educação, se concebida como “modo de organizar a socialização e a produção da cultura na escola”, constitui um caminho e um objetivo da política social.

Constata-se, assim, a necessidade de as Políticas Sociais apontar sua abrangência em termos de política educacional ou de esforço educacionais. Há, portanto, a possibilidade de se construir uma política educacional tomando como base os elementos que norteiam uma Política Social.

Como se relacionam Política Social, Educação e Movimento Social ?

As ligações necessárias entre a Política Social e a Educação não é mera invenção teórica ou de Estado, é uma questão da própria organização da sociedade, ou do impedimento da organização desta. Neste sentido, há ligações entre estas duas categorias. A maneira como são estabelecidas as variações de sua configuração, os vínculos e as relações entre elas são construções históricas e frutos de disputas e de conflitos; são vinculadas a interesses e visões de mundo, procuram envolver os indivíduos, encerrando-os ou libertando-os de seu domínio. O caráter desta relação é dialético. São as forças dos grupos e dos movimentos sociais que impulsiona esta relação. Apesar de haver um afã em considerar a política social um papel do Estado, historicamente é o grupo que estabelece os padrões da política social e da educação.

Todavia, importa, para a pesquisa que estou desenvolvendo no mestrado, refletir sobre estas questões no interior do movimento social, no qual muitas das problematizações a esse respeito estão em gestação, sem que este adquira um caráter de principalidade. Tomo como base o projeto sociocultural do MST (Fernandes, 1996) e a Proposta Pedagógica do MST (Caldart, 1997, Caldart, 1997a).

De que maneira os Sem Terra produzem e veiculam uma *visão social de mundo* e de *educação* característico?

A conquista dos assentamentos de reforma agrária é fruto de uma luta histórica dos marginalizados da sociedade brasileira. Esta não segue os passos deixados por movimentos anteriores como os Quilombos, Canudos, Contestado, Revolta de Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, etc., mas sim recupera os ensinamentos deixado por estas, dando à luta pela reforma agrária um maior contorno na atualidade. (Stédille e Fernandes, 1999). Portanto, sua compreensão está estruturada na luta dos novos movimentos sociais, entendido como forma de materialização da existência e da experiência social dos sujeitos, no seu agir cotidiano, tomando por exemplo a “organização das classes trabalhadoras”, através dos “grupos populares, ou camadas, ou ainda os setores populares”. (Fernandes, 1996, p. 21). Os novos movimentos sociais levou a uma valorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de representação, passando a ser vistos como indicadores da emergência de novas identidades coletivas,

exprimindo uma vontade coletiva de auto-afirmação, abrindo uma disposição para a expressão política dos trabalhadores. (Sader, 1988: 27-30).

No bojo do surgimento dos novos movimentos sociais, a luta pela terra ganha força, permitindo a emergência de um movimento de luta pela terra configurado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Este movimento nasceu da necessidade de articular as várias lutas isoladas pela conquista da terra ocorridas no campo brasileiro a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80. A formação do MST representou um processo de autonomia frente à Igreja, aos partidos e aos sindicatos, proporcionando o entendimento mais amplo a respeito da realidade social vivida e, sobretudo, a construção de um “projeto sociocultural de transformação da sua realidade” (Fernandes, 1996: 68-9).

É também no caminhar, no desenrolar da luta pela terra que foi tecido a história e uma visão da história dos que lutam pela reforma agrária, em especial no MST: foi uma construção fruto de vitórias e derrotas, ensinamentos dos antepassados e nos estudos.

A visão de educação também ocorre de modo semelhante, paralelamente à luta pela terra, mas ganha organicidade e visibilidade em momentos posteriores. À medida que os assentamentos vão sendo conquistados é que se passa a perceber a “dimensão do problema e do desafio que representa a educação” (Stédille in Caldart, 1997). A história da educação no seio da reforma agrária e da luta desenvolvida pelo MST é, portanto, fruto de um processo de “aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são faces e contraface do mesmo processo” (Pedro Tierra in Caldart, 1997).

A dimensão do problema vai crescendo conforme se conquistam os assentamentos e as primeiras escolas e, à sombra destas conquistas, outras vão se processando, novas escolas vão sendo erguidas, juntando-se às vitórias no campo da educação e da organização do MST. Acampados e assentados organizam núcleos de educação, equipes de educação e, logo em seguida, criam-se os setores de educação regionais, os estaduais, dando impulso para se criado o coletivo nacional de educação.

A este instrumental organizacional e aprendizado educativo soma-se o sonho e a utopia, no sentido positivo do termo, dando elementos para os Sem Terra questionarem “*Como Deve ser a Escola que Queremos?*”. Feito este questionamento, começa germinar a semente de uma proposta pedagógica, denominada *Proposta Pedagógica do MST* e, posteriormente, *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Trata-se, sobretudo, de uma elaboração no campo

educacional que busca “compreender os processos ...educacionais nos assentamentos e acampamentos ...em que agricultores sem terra passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas Transformações mais ampla em nosso país” (Caldart, 1997).

Esta breve leitura do que pode ser chamado “projeto sociocultural” do MST, no qual se encontra uma visão do social e do conflito pautada por uma posição em relação às forças presentes na sociedade, é sobretudo uma posição política. Esta visão política, ao iluminar as ações e os projetos de interesses dos trabalhadores Sem Terra, pode ser lida como uma Política Social dos Sem Terra. Dentro da qual são encontrados vários elementos constitutivos: direito de posse e propriedade social, produção e financiamentos agrícola, agroindústrias, educação e bem estar da população envolvida.

Qual o elo de ligação deste “projeto sociocultural”, com a Política Social e a Educação?

Este projeto sociocultural pode ser lido como uma política social se ensejarmos o fim da exclusividade teórica que se tem dado ao estado na formulação e implementação das políticas sociais e de educação. Não se trata de uma revisão teórica, mas “de fazer que o acadêmico desça ao campo da eficiência real das políticas sociais”, de um lado e, de outro, permite colocar “diante dos resultados participativos os políticos e administradores que possuem vontade de mudança, e os que não possuem”(Villessante, 1997: 98).

Uma ligação que tem a ver com a busca de um sentido de democracia que não se resume ao direito de voto e o direito de uma minoria imprimir seu desejos aos demais, mas sim de ampliação da participação e da redistribuição de bens e de poder. E que atinge os três eixos que nos fala Demo (1996): o *eixo socio-econômico*, via de regra centrado no binômio ocupação/renda, permite que não se isole a política social do contexto econômico e produtivo; o *eixo assistencial*, que não deve ser confundido com assistencialismo, mas como espaço fundamental da política social, se concebida a assistência como devida por direitos de cidadania e, por fim, o *eixo político*, que deve estar voltado para o fenômeno da participação, visando a *auto-promoção* dos grupos, em que ...“a sociedade organizada define o papel e o espaço do Estado e não o contrário”.

À esta visão dinâmica da Política social deve corresponder uma compreensão social e histórica da educação. Assim, poderemos compreender a construção educacional e social

dos grupos sociais que tentam fazer valer o seu direito de cidadania como uma construção própria e não como uma dádiva ou presente do Estado.

É nas contradições da escolarização que podemos falar da ação das ciências educacionais como uma ação de inversão: a construção de condições sociais mais apropriadas exige que se fragilize a história, ...cavando assim buracos de causalidade (e permita a)... compreensão de como os limites e as estruturas são formados através da luta e não como elementos que recebemos como dados, na forma de um presente inevitável e inalterável. (Popkewitz cit. por Silva 1993, p. 138).

E que se concretize uma “justiça curricular”, aliado a um currículo em movimento, envolvendo a relação entre a educação e seu currículo com o movimento social (Caldart, 1997a). Ou seja:

(...) um currículo escolar que pretenda auxiliar nos processos de transformação social, precisa encarnar a dinâmica desses próprios processos e dos sujeitos sociais que na situação atual sejam seus protagonistas (Idem: 53)

Estas colocações formam um quadro conceitual rico, a partir do qual pode-se delinear a seguinte constatação: tanto política social como a educação podem apresentar sentidos variados, em função do conjunto social que as determinam, ainda que possam vir a se conformar de formas distintas em diferentes sociedades ou no interior de uma mesma sociedade. Elas, ao privilegiar os sujeitos históricos e não os elementos do poder ou de Estado para análise da questão da Política Social e da Educação, nos permite fazer um paralelo entre a Política Social e o projeto do MST, ou melhor, compreender o projeto sociocultural do MST como uma proposta alternativa de Política Social, ao mesmo tempo, que vislumbra a possibilidade de entendimento da Pedagogia do MST como uma política de educação formulada pela sociedade civil, norteadas pela visão de mundo do grupo social que a constituiu, e que reclama a sua institucionalização pelo poder de Estado. Quiçá estejamos vendo uma construção, a ser melhor estudada, de um novo processo civilizatório, desencadeado pelos movimentos sociais e ancorado nas práticas dos MST.

Esquema de representação gráfica:

POLÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA ALTERNATIVA DO MST ?

Há uma vasta publicação no Brasil que trata de políticas sociais. Em sua maioria, elas concordam que o papel de uma política social é a redução das desigualdades sociais, a elevação da cidadania. Ocorre, entretanto, que não há convergência a respeito da qualidade desta redução, suas bases e o papel do Estado. Enquanto alguns autores procuram centrar sua análise sobre o papel do Estado, tomando como base as teorias de Estado (Freitag 1989), outros se voltam para o planejamento e avaliação das mesmas, com o apoio de teorias da administração (Rico e outros 1998). Há, porém, autores preocupados em estabelecer um vínculo maior daqueles envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais (Demo 1996, Villasante, 1997). A proposta deste texto é buscar algumas considerações preliminares acerca desta categoria, relacionando-a com educação e movimentos sociais. O foco do texto é a produção de um movimento social específico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

Como se relaciona Política Social com Educação ?

Há um certo grau de hierarquia dos campos de atuação da Política Social e da Educação. Pode-se, é verdade, planejar e implementar políticas sociais sem que se toque na questão educacional e da mesma forma, efetuar uma política educacional sem levar em conta a questão social.

Se levarmos em conta que o papel da política social é a redução das desigualdades por meio da intervenção dos movimentos e grupos sociais e do Estado para promover e garantir direitos de cidadania (Villessante, 1997), há que se considerar que a educação e a participação é uma conquista das mais prementes da era moderna. A educação, se concebida como "modo de organizar a socialização e a produção da cultura na escola", constitui um caminho e um objetivo da política social.

Constata-se, assim, a necessidade de as Políticas Sociais apontar sua abrangência em termos de política educacional ou de esforço educacionais. Há, portanto, a possibilidade de se construir uma política educacional tomando como base os elementos que norteiam uma Política Social.

Como se relacionam Política Social, Educação e Movimento Social ?

As ligações necessárias entre a Política Social e a Educação não é mera invenção teórica ou de Estado, é uma questão da própria organização da sociedade, ou do impedimento da organização desta. Neste sentido, há ligações entre estas duas categorias. A maneira como são estabelecidas as variações de sua configuração, os vínculos e as relações entre elas são construções históricas e frutos de disputas e de conflitos; são vinculadas a interesses e visões de mundo, procuram envolver os indivíduos, encerrando-os ou libertando-os de seu domínio. O caráter desta relação é dialético. São as forças dos grupos e dos movimentos sociais que impulsiona esta relação. Apesar de haver um afã em considerar a política social um papel do Estado, historicamente é o grupo que estabelece os padrões da política social e da educação.

Todavia, importa, para a pesquisa que estou desenvolvendo no mestrado, refletir sobre estas questões no interior do movimento social, no qual muitas das problematizações a esse respeito estão em gestação, sem que este adquira um caráter de principalidade. Tomo como base o projeto sociocultural do MST (Fernandes, 1996, Stédille e Fernandes, 1999) e a Proposta Pedagógica do MST (Caldart, 1997, Caldart, 1997a).

De que maneira os Sem Terra produzem e veiculam uma *visão social de mundo* e de *educação* característico?

A conquista dos assentamentos de reforma agrária é fruto de uma luta histórica dos marginalizados da sociedade brasileira. Esta não segue os passos deixados por movimentos anteriores como os Quilombos, Canudos, Contestado, Revolta de Trombas e Fornos, Ligas Camponesas, etc., mas sim recupera os ensinamentos deixados por estas, dando à luta pela reforma agrária um maior contorno na atualidade. (Stédille e Fernandes, 1999). Portanto, sua compreensão está estruturada na luta dos novos movimentos sociais, entendido como forma de materialização da existência e da experiência social dos sujeitos, no seu agir cotidiano, tomando por exemplo a "organização das classes trabalhadoras", através dos "grupos populares, ou camadas, ou ainda os setores populares". (Fernandes, 1996, p. 21). Os novos movimentos sociais levou a uma valorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de representação, passando a ser vistos como indicadores da emergência de novas identidades coletivas, exprimindo uma vontade coletiva de auto-afirmação, abrindo uma disposição para a expressão política dos trabalhadores. (Sader, 1988: 27-30).

No bojo do surgimento dos novos movimentos sociais, a luta pela terra ganha força, permitindo a emergência de um movimento de luta pela terra configurado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Este movimento nasceu da necessidade de articular as várias lutas isoladas pela conquista da terra ocorridas no campo brasileiro a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80. A formação do MST representou um processo de autonomia frente à Igreja, aos partidos e aos sindicatos, proporcionando o entendimento mais amplo a respeito da realidade social vivida e, sobretudo, a construção de um "projeto sociocultural de transformação da sua realidade" (Fernandes, 1996: 68-9).

É também no caminhar, no desenrolar da luta pela terra que foi tecido a história e uma visão da história dos que lutam pela reforma agrária, em especial no MST: foi uma construção fruto de vitórias e derrotas, ensinamentos dos antepassados e nos estudos.

A visão de educação também ocorre de modo semelhante, paralelamente à luta pela terra, mas ganha organicidade e visibilidade em momentos posteriores. À medida que os assentamentos vão sendo conquistados é que se passa a perceber a "dimensão do problema e do desafio que representa a educação" (Stédille in Caldart, 1997). A história da educação no seio da reforma agrária e da luta desenvolvida pelo MST é, portanto, fruto de um processo de "aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são faces e contraface do mesmo processo" (Pedro Terra in Caldart, 1997).

A dimensão do problema vai crescendo conforme se conquistam os assentamentos e as primeiras escolas e, à sombra destas conquistas, outras vão se processando, novas escolas vão sendo erguidas, juntando-se às vitórias no campo da educação e da organização do MST. Acampados e assentados organizam núcleos de educação, equipes de educação e, logo em seguida, criam-se os setores de educação regionais, os estaduais, dando impulso para se criado o coletivo nacional de educação.

A este instrumental organizacional e aprendizado educativo soma-se o sonho e a utopia, no sentido positivo do termo, dando elementos para os Sem Terra questionarem "Como Deve ser a Escola que Queremos?". Feito este questionamento, começa germinar a semente de uma proposta pedagógica, denominada *Proposta Pedagógica do MST* e, posteriormente, *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Trata-se, sobretudo, de uma elaboração no campo educacional que busca "compreender os processos ...educacionais nos assentamentos e acampamentos ...em que agricultores sem terra passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas Transformações mais ampla em nosso país" (Caldart, 1997).

Esta breve leitura do que pode ser chamado "projeto sociocultural" do MST, no qual se encontra uma visão do social e do conflito pautada por uma posição em relação às forças presentes na sociedade, é sobretudo uma posição política. Esta visão política, ao iluminar as ações e os projetos de interesses dos trabalhadores Sem Terra, pode ser lida como uma Política Social dos Sem Terra. Dentro da qual são encontrados vários elementos constitutivos: direito de posse e propriedade social, produção e financiamentos agrícola, agroindústrias, educação e bem estar da população envolvida.

Qual o elo de ligação deste "projeto sociocultural", com a Política Social e a Educação?

Este projeto sociocultural pode ser lido como uma política social se ensejamos o fim da exclusividade teórica que se tem dado ao estado na formulação e implementação das políticas sociais e de educação. Não se trata de uma revisão teórica, mas "de fazer que o acadêmico desça ao campo da eficiência real das políticas sociais", de um lado e, de outro, permite colocar "diante dos resultados participativos os políticos e administradores que possuem vontade de mudança, e os que não possuem" (Villessante, 1997: 98).

Uma ligação que tem a ver com a busca de um sentido de democracia que não se resume ao direito de voto e o direito de uma minoria imprimir seu desejo aos demais, mas sim de ampliação da participação e da redistribuição de bens e de poder. E que atinge os três eixos que nos fala Demo (1996): o *eixo socio-econômico*, via de regra centrado no binômio ocupação/renda, permite que não se isole a política social do contexto econômico e produtivo; o *eixo assistencial*, que não deve ser confundido com assistencialismo, mas como espaço fundamental da política social, se concebida a assistência como devida por direitos de cidadania e, por fim, o *eixo política*, que deve estar voltado para o fenômeno da participação, visando a *auto-promoção* dos grupos, em que "...a sociedade organizada define o papel e o espaço do Estado e não o contrário".

À esta visão dinâmica da Política social deve corresponder uma compreensão social e histórica da educação. Assim, poderemos compreender a construção educacional e social dos grupos sociais que tentam fazer valer o seu direito de cidadania como uma construção própria e não como uma dívida ou presente do Estado.

É nas contradições da escolarização que podemos falar da ação das ciências educacionais como uma ação de inversão: a construção de condições sociais mais apropriadas exige que se fragilize ahistória, ...cavando assim buracos de causalidade (e permita a).... compreensão de como os limites e as estruturas são formados através da luta e não como elementos que recebemos como dados, naforma de um presente inevitável e inalterável. (Popkewitz cit. por Silva 1993, p. 138).

E que se concretize uma "justiça curricular", aliado a um currículo em movimento, envolvendo a relação entre a educação e seu currículo com o movimento social (Caldart, 1997a). Ou seja:

(...) um currículo escolar que pretenda auxiliar nos processos de transformação social, precisa encarnar a dinâmica desses próprios processos e dos sujeitos sociais que na situação atual sejam seusprotagonistas (idem: 53)

Estas colocações formam um quadro conceitual rico, a partir do qual pode-se delinear a seguinte constatação: tanto política social como a educação podem apresentar sentidos variados, em função do conjunto social que as determinam, ainda que possam vir a se conformar de formas distintas em diferentes sociedades ou no interior de uma mesma sociedade. Elas, ao privilegiar os sujeitos históricos e não os elementos do poder ou de Estado para análise da questão da Política Social e da Educação, nos permite fazer um paralelo entre a Política Social e o projeto do MST, ou melhor, compreender o projeto sociocultural do MST como uma proposta alternativa de Política Social, ao mesmo tempo, que vislumbra a possibilidade de entendimento da Pedagogia do MST como uma política de educação formulada pela sociedade civil, norteada pela visão de mundo do grupo social que a constituiu, e que reclama a sua institucionalização pelo poder de Estado. Quiçá estejamos vendo uma construção, a ser melhor estudada, de um novo processo civilizatório, desencadeado pelos movimentos sociais e ancorado nas práticas dos MST.

Bibliografia

CALDART, R. S. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____, Formação de educadoras e educadores no MST: um currículo em movimento. *Contexto e educação*. Ijuí/RS, ano 11, jul./set./ 19997a, n. 47, pp. 35-61.

CHERRYHOLMES, C. H. Um projeto social para o currículo: perspectivas pós-estruturalistas. In: SILVA, T. T. *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 143-172.

DEMO, P. Política social e política educacional – pesquisa e intervenção da realidade. *Fórum*. Rio de Janeiro 3(4): 47-60, out/dez. 1979.

_____, *Participação é Conquista*. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. SP: Hucitec, 1996.

NETO, A. J. M. Globalização e modernização nas relações sociais no campo e o projeto educativo do MST. *Contexto e educação*. Ijuí/RS, ano 11, jul./set./ 19997a, n. 47, pp. 09-34

PESSOA, J. M. Aprender e ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás. XXI *Reunião ANPED*, Caxambu, set. 1998

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVA, P. B. G. e. *O jogo da diferença*. Belo Horizonte:Autêntica, 1990.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos em cena: ... e as teorias por onde andam? XXI *Reunião ANPED*, Caxambu, set. 1998

VILLASANTE, T. R. Estado, sociedade e programações alternativas. *Revista Brasileira de Educação*. n. 10, Jan./fev./mar./abr./ 1999, p.97-106.